

BIBLIOGRAFIA

Adelaide Ramos e Côrte

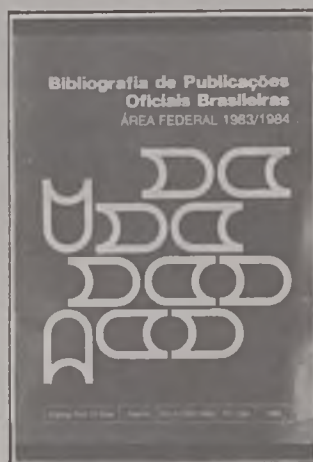
Nesta edição, trazemos para conhecimento do leitor alguns títulos incluídos na produção editorial dos últimos anos, que tratam de temas de interesse à administração pública.

BIBLIOGRAFIA DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS; área federal. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. Seção de Referência e Controle de Publicações Nacionais. Brasília, 1986. Vol. 04 (1983/1984) 1234 p.

Os documentos editados pelos diversos órgãos da administração pública são de fundamental importância para o desenvolvimento do país. Cada órgão com seu programa editorial resulta num conjunto rico de conhecimentos produzidos pela máquina estatal, conhecimentos estes que precisam ser divulgados e colocados à disposição do cidadão e servem de instrumento aos estudos e pesquisas realizadas no serviço público.

Com este propósito foi idealizado, em 1975, a *Bibliografia de Publicações Oficiais Brasileiras*, produto do trabalho da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras - CPOB, da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - ABDF e que representa um trabalho cooperativo coordenado atualmente pelo Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, contando com a colaboração efetiva de bibliotecas de diversos órgãos da Administração Pública Federal.

O volume 04 foi lançado por ocasião do 2º Encontro Nacional de Biblioteconomia e Informática - ENBI e V Feira do Livro de Brasília, realizados no período de 26 a



31 de outubro de 1986 no Centro de Convenções de Brasília.

Engloba a produção editorial de 1983 e 1984, referenciando 9621 (nove mil seiscentos e vinte e um) documentos, originados de 149 (cento e quarenta e nove) órgãos cooperantes.

O arranjo das obras referenciadas obedece a estrutura organizacional da Administração Pública Federal, conforme apresentada pelo cadastro elaborado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, adotando a ordem alfabética de autor dentro de cada órgão.

Para facilitar a consulta, foram elaborados os índices de assunto, autor, editor, título e séries documentais.

DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. Orçamento partici-



pativo; uma abordagem democrática. Brasília, FUNCEP, 1986.

Monografia que obteve Menção Honrosa outorgada pela Fundação Instituto de Desenvolvimento e Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR pela participação no Concurso de Monografias sobre Administração Pública.

O autor apresenta proposta de mudança no processo orçamentário atual que considera autoritário e distante, para um processo democrático, participativo, onde os interesses e as necessidades da comunidade como um todo sejam satisfeitas.

Antes de elaborar sua proposta, Diniz discorre sobre os aspectos conceituais do Orçamento Público e as etapas do processo orçamentário. De posse das informações que regem atualmente o Orçamento Público, sugere o or-

çamento participativo, exemplificando, quando possível, e incluindo as possíveis alterações no texto constitucional.

MACÊDO, Leônidas. Política de recursos humanos na administração pública. Brasília, FUNCEP, 1986. 29 p. (Atualização para dirigentes e gerentes da área pública, I).

O autor, com sua experiência em desenvolvimento de recursos humanos adquirida no desempenho de suas atividades como Diretor da Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP, como Presidente Nacional da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento - ABTD e como membro do Conselho Federal de Mão-de-Obra, faz uma análise crítica da política de recursos humanos no Setor Público e propõe a adoção de diretrizes que sejam capazes de gerar uma verdadeira política de desenvolvimento de recursos humanos na Administração Pública e pela iniciativa privada no período de 1982 a 1986.

Ao enumerar e analisar os problemas sofridos nesta área sugere a resolução dos mesmos elaborando as seguintes propostas: criar um Banco Nacional de Recursos Humanos com a adoção do curso unificado, realizado a cada três anos e voltar as ações de treinamento para o atendimento básico das necessidades organizacionais atentando para os níveis operacional, técnico, político ou estratégico.

BIBLIOGRAFIA

“Livros não mudam o mundo. Quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas.”

(autor desconhecido)

Sugere ainda o fortalecimento do Programa de Atendimento Educacional ao Servidor Público – PROESP, voltado para o nível operacional com finalidade de prover a Educação Geral e Qualificação Profissional para o Servidor Público.

Para o nível técnico, sugere a implantação de um “Programa de Formação Global de Técnicos”, com o enfoque da formação global dos profissionais nos diversos campos de atuação técnica da Administração Pública.

E, para o nível político ou estratégico, Macedo sugere a criação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, para executar o “Programa de Formação de Dirigentes Públicos Permanentes”, que teria duas linhas de ação: o Curso de Mestrado em Administração Pública e o Curso de Estudos Superiores de Administração Pública.

O autor enfatiza também, a importância do envolvimento do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC, para o cumprimento das propostas sugeridas. A ele cabe definir, entre os órgãos que o compõem, atribuições e responsabilidades mais objetivas, coordenadas e comprometidas com o processo desenvolvimentista.

MARCOVITCH, Jacques.
Coord. Administração em Ciência e Tecnologia. São Paulo, Edgard Blücher, 1983. 503 p.

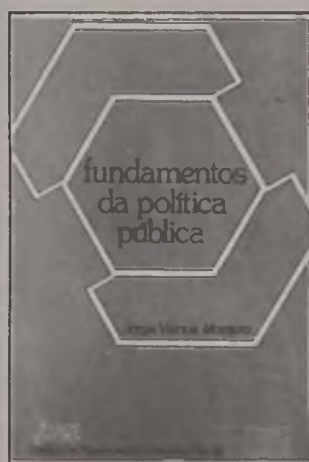
Uma coletânea de trabalhos que representa um dos frutos do primeiro esforço organizado e sistemático, no Brasil, para assimilar as prin-



cipais técnicas, métodos e estratégias que fazem parte da gestão das atividades de pesquisa e desenvolvimento. Dividido em três partes, focaliza os aspectos gerais das políticas institucionais em ciência e tecnologia, os instrumentos necessários à gestão de instituições do sistema de ciência e tecnologia e os da transferência de tecnologia nos módulos pesquisa, desenvolvimento e mercado.

MONTEIRO, Jorge Vianna.
Fundamentos da política pública. Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1982, 216 p.

Um tema que por sua atualidade e complexidade torna-se interessante e leitura obrigatória para os estudiosos das políticas públicas. Entretanto, seu estudo só é possível se delimitar, inicialmente, o que se constitui uma política. O autor discorre sobre o assunto de uma maneira muito didá-



tica sugerindo, ao final de cada capítulo, leituras complementares que certamente enriquecerão o aprendizado. Os capítulos dizem respeito às propriedades das políticas públicas; os níveis de análise das políticas públicas; o processo decisório de política; teoria quantitativa de política econômica; os agentes de decisão no setor público e encerra, discorrendo com a competência que lhe é devida, sobre a organização política no Brasil.

QUEIROZ, João Bosco Alves. A reforma administrativa; o servidor como principal agente de mudança. 1986.

Monografia que obteve Menção Honrosa outorgada pela Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP pela participação no V Concurso de Monografias sobre serviço público.

“Todos os servidores de uma entidade pública são, de

alguma forma, a todo momento, variando de acordo com o seu setor de atuação, cargo ou função, questionados sobre a vida desta; portanto são atores ou agentes do processo”. Partindo desta premissa, o autor aponta e sugere em seu trabalho, medidas para se obter o salto qualitativo na cultura da organização que proporcionará a eficácia da mudança organizacional.

O servidor deve ser o principal agente do processo de mudança. Segundo autor, a atualização de conhecimentos, a mudança de atitude e mesmo de hábitos para o desempenho de novos papéis e funções devem ser as preocupações fundamentais dos responsáveis pela política de recursos humanos das organizações públicas.

Toda e qualquer forma administrativa só terá garantido seu sucesso, se considerar o servidor na qualidade de principal agente e atuar junto a ele para que as mudanças propostas sejam realmente adotadas.

Instrumento importante neste processo, o sistema de comunicações, imprescindível para ajudar a formar a nova imagem da instituição que se pretende atingir o mesmo para contribuir na preparação, modificação e manutenção da nova filosofia administrativa que se pretende imprimir.

Finalmente, o autor discorre sobre o novo papel destinado ao Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, frente à Reforma Administrativa iniciada pelo Governo da Nova República.